

Ata da 74ª Reunião Ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano dois mil, na sala do CAP/APPa, sob a presidência do Capitão-de-Mar-e-Guerra **Francisco Haranaka**, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina com a presença dos Conselheiros, Osiris Stenghel Guimarães, Mário Manoel das Dores Roque, Luiz Ivan de Vasconcellos, Pedro Antônio Bueno de Camargo, José Carlos Gomes Carvalho, Alceu Claro Chaves, Dicezar Santiago de Souza, Alceu Alves, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, José Maria Gonçalves e João Gilberto Cominese Freire. **Abertura da Reunião:** O Sr. Presidente depois das boas-vindas aos Conselheiros, referiu-se a data da reunião que coincide com a Abertura dos Portos às Nações Amigas em 1808 e com o Dia do Portuário. Congratulou-se com os portuários de Paranaguá e Antonina, com os Sindicatos da orla por sua importância e com todos aqueles que desenvolvam atividades na área dos portos organizados e destacou a importância histórica da data para as relações comerciais, via aquática, com o exterior. Em aparte, o Conselheiro e prefeito Mário Manoel das Dores Roque, associando o fato histórico do dia 28, informou que nesta data, em Curitiba, o Conselho de Desenvolvimento do Litoral irá votar autorização para instalação do Distrito Industrial de Paranaguá, extremamente importante para a cidade e pelas implicações nas atividades portuárias. O Sr. Presidente, em continuação, disse que a notícia é alvissareira e se coaduna com os princípios que norteiam o CAP em termos de fomento de cargas. Depois, em razão da decisão da Reunião anterior fez referência ao ofício que o Sr. Governador do Estado encaminhou ao Sr. Ministro dos Transportes solicitando recursos da ordem de 30 milhões de reais para serem disponibilizados nos próximos 5 anos, na dragagem dos Portos de Paranaguá e Antonina, decorrente do pedido feito pela APPA ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Em seguida, leu o inteiro teor do documento e comentou, após, que o CAP recebeu da ABTP, da mesma forma que os Conselheiros, um livreto relacionado com a atividade e a importância do CAP. Disse que toda a iniciativa para enaltecer o Conselho é bem-vinda referindo-se a alguns aspectos da publicação que considerou dependentes da interpretação de cada leitor. Registrou ainda, o recebimento da parte do Ministério dos Transportes do Relatório do GEIPOT/Banco Mundial sob o título "A Reforma Portuária Brasileira", destacando aspectos da situação portuária no Brasil após o advento da Lei 8.630/93 e que propõe algumas soluções para problemas identificados, recomendando ações e continuidade do processo de modernização dos portos. Os caminhos indicados coincidem com a linha de pensamento da presidência. **Aprovação da Ata** Por unanimidade foi aprovada a 73ª Ata do CAP. **Expediente: Termo de Posse :** Foi lido o Termo de Posse de Alceu Claro Chaves (titular), José Roberto Almeida Corrêa (titular), Alceu Alves (suplente) e Dicezar Santiago de Souza (Suplente), no Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins, como Representantes dos Proprietários e Consignatários de Mercadorias, designados pela Portaria nº 454 de 14/12/99, publicada no Diário Oficial da União, para um período de dois anos. **Justificativa de Ausência: :** Justificaram ausência os seguintes Conselheiros: José Roberto Almeida Corrêa, Eli Nilson da Silva, Carlos Roberto Frisoli e José Silvio Gori. **Operadores Portuários :** Estão qualificados 83 Operadores Portuários; **Fundo de Dragagem:** O Relatório apresentado pela APPA demonstra que o saldo do Fundo de Dragagem em dezembro é de R\$ R\$ 5.635.695,69 (cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos.) **Correspondência Expedida:** Comunicação aos Conselheiros – confirmando reunião para 28/01/2000 e apresentando pauta correspondente. **Ofício 01/2000 - CAP de 10/01/00** ao Sr. Wildjan da Fonseca Magno, Secretário de Transportes Aquaviários encaminhando cópia da Ata nº 72 e o Mapa Geral dos Arrendamentos nos Portos de Paranaguá e Antonina do mês de dezembro/99. **Ofício 44/99 - CAP de 22/12/99** ao excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando a inclusão do porto de Paranaguá na distribuição de recursos da União através do Programa de Dragagem para o ano 2000. **Ofício 02/2000 - CAP de 11/01/2000** ao Relator da Comissão de Acompanhamento de Dragagem encaminhando cópias do ofício do CAP nº 44/99-CAP e o ofício nº 740 de 22/12/99 da APPA ao Sr. Ministro dos Transportes. **Ofício 42/99 - CAP de 13/12/99** encaminhando às Comissões de Meio Ambiente, Acompanhamento de Dragagem e PDZPO a Agenda Ambiental Portuária transmitida ao CAP pelo ofício nº 725/99 de 07/12/99 da APPA. **Ofício 43/99 - CAP de 14/12/99** ao Sr. Carlos Roberto Frisoli, Relator da Comissão de Acompanhamento de Dragagem encaminhando cópia do ofício 730/99 da APPA de 10/12/99 que solicita a modificação da modalidade de Contrato que trata do balizamento das áreas dos Portos de Paranaguá e Antonina. **Correspondência Recebida:** Cópia do ofício GOV. 005/00 de 11/01/2000 assinado pelo

excelentíssimo Governador do Estado (já mencionado). Fax 002/00 de 06/01/2000 do Comandante Renato Cezar Ferreira Bittencourt – Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário, respondendo ao ofício nº 39/99 do CAP que trata da ausência de representação no CAP dos Armadores no Bloco dos Operadores Portuários e informando que está promovendo uma reunião com a categoria com o objetivo de suprir a falha. Fax 005/00 de 12/01/2000 da APPA convidando para uma apresentação de um Sistema de Controle de Tráfego Marítimo no dia 13/01/2000. Ofício da Comissão de Portos/ABTP de 23/12/99 encaminhando livreto sobre a competência do CAP e cumprimentando o Conselho. O CAP recebeu da APPA Ordem de Serviço nº 236/99 de 23/12/99 que autoriza o Consórcio REDRAM TRANSBASA reajustar em 19.02%, os valores máximos de referência praticados na movimentação de contêineres; Ordem de Serviço nº 001/00 de 03/01/00 sobre os índices da Tabela III nas operações que tiverem média operacional fora das bandas que a Ordem de serviço especifica; Ordem de Serviço nº 012/00 de 14/01/00, que determina à Diretoria da APPA a limitação de 15% do valor CIF total das mercadorias a incidência das taxas de armazenagens para os casos que especifica, dando prazos ao beneficiários para retirada dos contêineres até o dia 29 de fevereiro de 2000. O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho sugeriu e foi aprovado o envio de cópias dos ofícios, do CAP e do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Sr. Ministro dos Transportes, à toda bancada de Deputados do Paraná a fim de sensibilizá-los quanto à necessidade de recursos orçamentários para a dragagem do Porto de Paranaguá. Após isso a Comissão de Dragagem do CAP marcaria uma reunião com os deputados em Brasília a fim de discutir o assunto. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães disse que a ação deve ser retomada e que a APPA, através da Diretoria Empresarial, já fez contatos com políticos paranaenses em Brasília na busca de recursos para o Porto e que o resultado dessas gestões redundou na informação do Senador Álvaro Dias de que só para o ano 2003 é que tem uma consignação de recursos no valor de 500 mil reais para o nosso Porto. **PROHAGE:** o Sr. Presidente justificou a ausência do Coordenador Local, em razão de compromissos inadiáveis e também pelo fato de inexistirem assuntos que pudessem ser trazidos ao CAP. **Relatório Gerencial da APPA – Dezembro/99** – O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos fez o seguinte relato sobre a movimentação portuária no mês em epígrafe. **Carga Geral:** 262.590 t. com destaque para madeira, açúcar e congelados. **Granéis Sólidos,** 665.131 t., destaques para fertilizantes, farelo e açúcar. **Pátio de Triagem:** 2121 caminhões. **Vagões/Corredor,** 353. **Contêineres** 17.222 TEU. **Veículos – Importação,** Volks 2600; Audi 25; Chrysler 131; Renault, 947. **Exportação:** Chrysler 43; Volks 2027, Renault 685. **Movimento de Navios** 135. **Tempos de Espera:** Carga Geral, Fertilizantes e full-container, zero dias; Corredor, 5 dias. **Fatos Relevantes:** Concorrência Internacional nº 004/99 sobre Dragagem de Manutenção, 5 anos. 19 (dezenove) empresas adquiriram Edital, 8 (oito) entregaram a documentação para habilitação e proposta de preço. A Comissão de Licitação (CPLC) julgou todos habilitados; 4 (quatro) empresas entraram com recurso. Está sendo aguardada defesa da empresa para posterior decisão da CPLC. Concluída a implantação da APPA ON LINE que permite fornecer “MDE” e “MDM” através de consulta a INTERNET, a consulta do “Status” dos arquivos enviados a Receita Federal que são arquivos de presença de carga (hoje são feitos mais de 300 acessos diariamente) pelo www.pr.gov.br/ports. Foi procedida a Ação Corretiva no berço 12 que está liberado e no berço 13 está sendo feito o mesmo trabalho. No berço 14 o ship-loader está em ordem. **Relatório das Comissões Permanentes.** A Conselheira Maria do Socorro, Relatora da Comissão Especial de Fomento de Cargas, destacou a necessidade de trabalho conjunto de todos os segmentos portuários a fim de melhorar a eficiência e atrair mais cargas. Disse que a Comissão de Fomento de Cargas não reuniu-se em janeiro em razão das férias da maioria dos membros da Comissão e que já está de posse da minuta do regulamento da APPA, cuja finalidade é a limpeza no Porto. O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho enfatizou a necessidade do Porto se habilitar ao ISO e sugeriu sua adoção em Paranaguá. Na condição de Presidente da FIEP tem condições de pagar uma consultoria que possa orientar o Porto nessa direção. Em seguida informou que na condição de Secretário de Estado do Emprego e Trabalho, por solicitação do Presidente da FENOP, Conselheiro Carlos Roberto Frisoli, vai promover cursos para qualificação do Operador Portuário; depois, solicitou do Bloco dos Trabalhadores, através da Conselheira Maria do Socorro, que fosse feito um projeto, cujo escopo seja a melhoria da qualificação do Trabalhador Portuário, pela promoção de cursos etc. Retomando a palavra, o Sr. Presidente submeteu ao Plenário a sugestão do Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho da busca da qualidade ISO, que foi aprovada por unanimidade. **Assuntos Gerais:** O Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro e superintendente Osiris Stenghel Guimarães que fez um relato, acompanhado de recursos visuais que registra o que foi o exercício de 1999. O Porto movimentou cerca de 19.310 milhões de toneladas o que reflete uma queda em relação ao ano anterior, equivalente a 4,07%. Depois, explicou

que a queda deveu-se ao problema da comercialização da safra que frustrou a expectativa além da quase paralisação do Porto de Antonina. Disse que espera reverter a expectativa, pela melhoria das instalações e a otimização das operações. Para isso vem fazendo ajustes. Sobre a concorrência dos portos vizinhos na movimentação de grãos, não considerou o Porto de São Francisco mais expressivo, e que a movimentação do Porto de Santos sim, foi significativa e pode ser considerada uma perda de Paranaguá. Comentou que é razoável o movimento de fardos em janeiro e que essa movimentação (cerca de 200 mil toneladas) deveria ter acontecido em dezembro. Discorreu também sobre as despesas da APPA e destacou as despesas com Pessoal e Serviços de Terceiros. Falou do esforço da APPA em reduzir o custo com Pessoal, inclusive o de horas extras que atingiram 23% das despesas nesse item, e Serviços de Terceiros, que consome 37% na manutenção de equipamentos, considerando significativa, entre outras, a despesa com Seguro que equivale a 8% da Verba. Depois, destacou a participação do SINTRAPORT na fiscalização dos serviços extraordinários. Sobre o orçamento para 2000 disse que ele será encaminhado ao CAP, que nele há uma previsão de arrecadação de 90 milhões de reais, mas que a APPA vai tentar fixar como limite o desempenho de 99, daí fazer uma projeção de gasto de 78 milhões e 300 mil reais. Manifestou preocupação com as sentenças judiciais que não existiram em 99, graças a ação do juiz da Justiça do Trabalho. Depois, deu ênfase a defasagem tarifária que existe no Porto, cuja receita é inversamente proporcional à despesa, que cresce em razão dos custos decorrentes de mão-de-obra, serviços, inflação, alta do dólar etc., além da transferência para iniciativa privada de atividade antes realizada pelo pessoal da APPA, enquanto a receita permanece praticamente a mesma. A Conselheira Maria do Socorro reportando-se à palestra do superintendente da APPA e da participação do Sindicato, disse que foi graças à uma Ação Declaratória do SINTRAPORT que se opôs em luta contra os interesses da indústria da indenização, que foi possível a redução das entradas de solicitação de indenizações etc. até da participação de um juiz no sentido de conter esse processo extremamente danoso à instituição-porto. Referiu-se a evidente defasagem da Tarifa Portuária diante da realidade dos custos. O Porto, segundo a Conselheira, há mais de 3 anos não tem reposição tarifária. Disse que participou de Comissões que fizeram reduções tarifárias de até 70% e que o Conselho conhece bem isso. "Os custos subiram, tudo subiu", por isso entende que o Conselho precisa fazer alguma coisa no sentido de melhorar o quadro. Depois disse que tem conversado com o Superintendente no sentido de se criar um Fundo específico para investimento em infra-estrutura. O Sr. Presidente no encerramento usou da palavra para referir-se à questão do balizamento do Porto de Paranaguá. Disse falar como Conselheiro e como representante da Marinha a quem coube, até agora, zelar por esse trabalho. O Porto de Paranaguá vai ser o primeiro porto do Brasil a privatizar o serviço. Ressaltou a importância e os cuidados que devemos ter com o balizamento e que a quantidade de sinais em Paranaguá é a maior do Brasil. É um serviço de qualidade que precisa ser mantido. É também um compromisso internacional e a eficiência existente deve ser mantida no mínimo em 95%. Isso significa confiança no sistema. Se os sinais não forem confiáveis poderão acarretar em problemas decorrentes de seguro, acidentes, fretes etc. A Marinha adotou um cronograma para passagem à iniciativa privada em março/abril de 2000, e está levantando, sinal por sinal, que passa ao Porto que, por sua vez, repassará para a iniciativa privada. Disse que tem havido contato com setores especializados da Marinha para que, no momento de definição de quem vai realizar o serviço, a empresa tenha a capacitação necessária e não se perca a credibilidade. Considera essa passagem um momento importante e ao CAP cabe acompanhar tudo o que acontecer para que essa qualidade não seja perdida e que caberá à Marinha e ao Porto o papel da fiscalização. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a Reunião, marcando a próxima para o dia 18 de fevereiro de 2000, às 10:00 horas na sala do CAP/APPA, tendo eu, Ivany Marés da Costa, feito a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros abaixo.